

LITERATURA AFRO-BRASILEIRA NOS “ANOS DE CHUMBO” DA DITADURA MILITAR NO BRASIL: IDENTIDADE, (RE)EXISTÊNCIA E COMBATE AO RACISMO

Antônio Roberto Xavier¹
Sarah Maria Forte Diogo²
Edmilson Alves Maia Junior³

Resumo: o presente artigo objetiva abordar acerca da crítica consistente ao autoritarismo violento, degradante, racista e desumano dos “anos de chumbo” da ditadura militar no Brasil, constante na literatura afro-brasileira dramática negro-brasileira a partir, sobretudo, de três teatros peculiares, a saber: o Teatro Experimental Negro, o Teatro Profissional do Negro e o Grupo Teatro Palmares Iñaron. Metodologicamente, esclarece-se que esta escrita emprega uma abordagem qualitativa de natureza básica e é de cunho teórico exploratório quanto ao objetivo principal, pois se debruça ao debate, visando aprimorar teorias, conceitos e ideias a partir do bojo de fontes secundárias que tratam da temática principal. Neste sentido, empregou-se o método procedimental bibliográfico utilizando-se da hermenêutica com a técnica de leituras pertinentes à temática proposta. Cabe salientar que, apesar da tentativa histórica do cânone da literatura autoritária e eurocentrada, não foi e nem tem sido capaz de silenciar os ecos objetivos e/ou subjetivos expressos na literatura afro-brasileira, nem mesmo durante o período mais duro e racista da ditadura militar no Brasil.

Palavras-chave: Literatura afro-brasileira. Ditadura militar. Teatro.

¹ Pós-doutor e doutor em educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Pós-doutor em educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Pós-doutorado (em andamento) Interdisciplinar em História e Letras pela Universidade Estadual do Ceará (UECE); Mestre em Políticas Públicas e Sociedade (Sociologia) pela Universidade Estadual do Ceará (UECE); Mestre em Planejamento e Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará (UECE); Especialista em História e Sociologia pela Universidade Regional do Cariri (URCA); Graduado em História pela Universidade Estadual do Ceará (UECE); Graduado em Pedagogia pela FAK. Professor Permanente do Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis (MASTS), do Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP), do Curso de Graduação em Serviço Social, do Curso de Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa e do Curso de Graduação em Administração Pública, todos da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). Atua nas seguintes Linhas de Pesquisa: 1) Educação Política, Democracia e Políticas Públicas; 2) Educação Ambiental, Etnociências, Sustentabilidade e Sociobiodiversidade; 3) Culturas, História, Memória e Educação; 4) Metodologia da Escrita e da Pesquisa Científica. É Líder do Grupo de Pesquisa Gestão de Políticas Sociais (GPS/CNPq); Vice-líder do Grupo de Pesquisa em História da Educação do Ceará (GEPHEC/CNPq). Membro Efetivo da Câmara de Ciências Sociais Aplicadas da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico-FUNCAP (2021-2023). Membro Avaliador de Teses e Dissertações do Prêmio Fernão Pinto da Associação das Universidades de Língua Portuguesa- AULP, - Lisboa - Portugal. E-mail: roberto@unilab.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3018-2058>.

² Doutora em Estudos Literários pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Mestre em Letras com concentração em Literatura Brasileira pela Universidade Federal do Ceará. Professora de literaturas da língua portuguesa na Universidade Estadual do Ceará - UECE - campus FECLESC. Professora permanente do Mestrado Profissional em Letras - PROFLETRAS - da UECE. Professora permanente do Programa de pós-graduação interdisciplinar em História e Letras - PPGIHL - da UECE. Pesquisa articulações entre literaturas e questões étnico-raciais e como abordá-las em salas de aula. Autora do livro *Boceta Encantada* (2023), publicado pela editora Patuá. E-mail: sarah.forte@uece.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9345-5420>.

³ Pós-doutor em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Doutor em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Mestrado e Graduação em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC). É professor Permanente do Programa de Pós-graduação em História e Letras da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e Professor efetivo dos Cursos de Graduação em História, ambos em Quixadá, na Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (FECLESC). Tem experiência nas temáticas: Memória, História Oral, Narrativas (Auto)Biográficas, Teoria da História, História Contemporânea, História do Tempo Presente, e a Ditadura de 1964 a 1985: Mídia e Sociedade. É Coordenador do Projeto de Extensão "Fontes Históricas da Ditadura", do Curso de História da FECLESC/UECE, desde 2018. É integrante do Grupo de Pesquisa Gestão de Políticas Sociais (GPS/CNPq). E-mail: edmilson.junior@uece.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8568-6448>.

**AFRO-BRAZILIAN LITERATURE IN THE “LEAD YEARS” OF THE
MILITARY DICTATORSHIP IN BRAZIL: IDENTITY,
(RE)EXISTENCE AND THE FIGHT AGAINST RACISM**

Abstract: This article aims to address the consistent criticism of the violent, degrading, racist and inhumane authoritarianism of the “lead years” of the military dictatorship in Brazil, constant in Afro-Brazilian black Brazilian drama literature, mainly from three peculiar theaters, namely: Teatro Experimental Negro, Teatro Profissional do Negro and Grupo Teatro Palmares Iñaron. Methodologically, it is clear that this writing employs a qualitative approach of a basic nature and is of an exploratory theoretical nature regarding the main objective, as it focuses on debate, aiming to improve theories, concepts and ideas based on secondary sources that deal with the main theme. In this sense, the bibliographic procedural method was used using hermeneutics with the reading technique relevant to the proposed theme. It is worth noting that despite the historical attempt of the canon of authoritarian and Eurocentric literature, it was not and has not been able to silence the objective and/or subjective echoes expressed in Afro-Brazilian literature, not even during the harshest and most racist period of the military dictatorship in Brazil. Brazil.

Keywords: Afro-Brazilian literature. Military dictatorship. Theater.

1 Introdução

“meu brasil fabrica pólvora como alimento
rubro luto e lágrimas minimizadas
em manchetes pagas
apagadas nas demais páginas...
do outro lado champanhe servido à farta”.
(Cuti, 2016, n.p.)

390

A epígrafe que abre este artigo foi extraída do poema “Um flash da nação”, do poeta afro-brasileiro Cuti. Esse poema nos remete a uma proposta de análise da sociedade brasileira a partir da perspectiva de um artista negro que procura contrapor Brasis - o que existe em manchetes pagas e um apagado, vitimado pela fabricação de pólvora, metáfora da violência que é a medula espinhal da nação e a acompanha desde suas configurações enquanto espaço invadido, saqueado e violentado.

A literatura é a arte da palavra e/ou da escrita que compõe narrativas, o lírico e o drama comunicacionais, e cujo papel indispensável é a construção do ser humano como sujeito social em constante busca pela emancipação humana e pela cidadania. Em todos os tempos e em diferentes épocas, a literatura tem a mister função de transmitir conhecimentos e cultura de grupos, comunidades e coletividades sociais. Não há povo sem narrativa, pois somos constituídos pelas histórias que nos atravessam. O poético, portanto, seria o espaço mais adequado para o desenvolvimento de subjetividades e inquietações, pois os textos literários têm um caráter de sistematizar o que se apresenta, na vida prosaica, como banal. No caso da

sociedade brasileira não tem sido diferente, visto que a literatura tem sido um canal importante e essencial na vida cultural do Brasil, sobretudo para a composição de setores das classes dominantes deste País. Ficções, sob suas mais diversas formas, são partes constitutivas da dimensão simbólica que constrói uma subjetividade, figurando muitas vezes como forma de resistência ante injustiças diversas e também como questionamento a normas.

Tendo essa consciência de que a literatura escrita ou falada redesenha perfis, dita normas, comportamentos e interage com as classes populares, considerando que as classes dominantes deste imenso País têm se utilizado muitíssimo dessa literatura para dialogar e transmitir ideias, ideário e valores a fim de manter o *status quo*. Tem sido assim ao longo da história de tentativa de construção do Brasil, cuja formação e construção enquanto País tem padecido com as muitas e nefastas consequências de tentarem implantar, por meio de literatura, modelos identitários de diversos componentes a partir de um arcabouço cultural eurocêntrico.

Todavia, o Brasil é um celeiro de diversidade cultural, inclusive de literatura produzida pelas classes sociais populares, incluindo a literatura afro-brasileira, em razão do Brasil ter sido construído pelas mãos de africanos sequestrados de seu continente para o trabalho escravo na construção do Brasil desde os primórdios da colonização portuguesa. Além dessa inegável realidade constatada, o Brasil é o país que tem a maior população negra do mundo fora do continente africano. Se por um lado isso faz do Brasil ser um celeiro de cultura afro-brasileira, tendo na literatura um expoente significativo, por outro, essa literatura sempre foi ofuscada e/ou invisibilizada pela produção literária eurocentrada aceita oficialmente como canônica. Isso ocorre em torno do racismo estrutural manifestado historicamente por meio da discriminação racial e do preconceito com a exclusão dessa população negra dos espaços decisórios públicos e/ou privados e de acesso aos serviços e bens públicos de qualidade.

Mas, apesar do esforço das classes dominantes de tentarem silenciar ou apagar essa literatura afro-brasileira, esta tem resistido ao longo da história do Brasil e tem vindo à tona, inclusive a partir da segunda metade do século XX, conforme consenso da crítica dessa vertente literária (Zin, 2009).

Com efeito, a literatura afro-brasileira marcou sua (re)existência identitária e de combate ao racismo estrutural com maior intensidade e visibilidade, até mesmo no mais duro período da história do Brasil da ditadura militar integral ou, sem ressalvas, os chamados “anos

de chumbo”⁴, durante o regime militar do famigerado Ato Institucional número 5 (AI-5), instituído pelo governo militar ditatorial do Brasil em dezembro de 1968 a outubro de 1978, quando foi revogado pelo, então, ditador militar, general Ernesto Geisel. Embora revogado, essa medida austera, repressora e punitiva das liberdades do povo brasileiro não ficou no passado. Suas marcas ecoam nos sombrios espaços de violência, no silenciamento, na dor e da morte de suas vítimas, inclusive daqueles e daquelas que não se calam diante dessa horrenda medida nazifascista imposta pelos governos da ditadura militar durante os “anos de chumbo” do regime (1968-1978).

Nesse sentido, esta escrita tem como objetivo principal demonstrar de que formas, meios e ações os/as produtores/as de literatura afro-brasileira romperam com a censura imposta pelo governo ditatorial militar, fizeram denúncias e conseguiram mostrar e se mostrarem ao mundo por meio da sua arte cultural da literatura dramática afro-brasileira, sua sensibilidade, sua subjetividade, seu humanismo, sua invenção e sua reinvenção da vida.

2 Metodologia

Metodologicamente, esclarecemos que esta pesquisa é de cunho teórico, pois se debruça sobre a possibilidade de debate, visando aprimorar teorias, conceitos e ideias a partir do bojo de fontes secundárias, como livros, artigos científicos, legislação e documentos oficiais de governo que tratam da temática principal desta pesquisa. Neste sentido, empregamos o método procedimental bibliográfico de natureza básica, haja vista aperfeiçoar conhecimentos úteis e novos para a ciência e para a sociedade, porém não tem por exigência paradigmática a utilização de um novo produto a partir deste estudo (Gil, 2008; Xavier *et al.*, 2021).

Quanto ao objetivo, trata-se de uma pesquisa exploratória em razão do objeto investigado tratar-se de um fenômeno contextual contemporâneo relativamente novo que se reveste de novas formas, estratégias e conteúdos, constantemente. Nesses casos, em razão do tempo em que o fenômeno se apresenta, as pesquisas são sempre exploratórias quanto ao (s)

⁴ A expressão “Anos de Chumbo” foi empregada, inicialmente, para designar um fenômeno da Europa Ocidental no período entreguerras e Guerra Fria e a constante tensão do pós-1968 e o fim da década de 1970 na Alemanha, ou na França e Itália dos anos de 1980 – período marcado por perseguições, violência política, terrorismo, guerrilhas armadas de extrema-direita e de extrema-esquerda, como também pelo endurecimento da estrutura repressiva dos estados democráticos da Europa Ocidental. Posteriormente, essa expressão passou a ser empregada para designar os períodos autoritários fora da Europa, inclusive as ditaduras da América (Mazzucchelli, 2009).

objetivo(s) a ser(em) alcançado(s). No tocante à abordagem, esta pesquisa classifica-se como qualitativa, pois busca compreender e, ao mesmo tempo, explicitar uma questão social, bem como se interessa pela compreensão do fenômeno como um todo, qualitativamente (Gil, 2008; Minayo, 2012).

Para coleta de informações, consoante Gil (2008), empregar-se-á como técnica principal a revisão de literatura, visando desnudar e trazer à tona inovações de interpretação e ensino-aprendizagem quanto à matéria aqui em debate. Interessa-nos o debate sobre as ações e os efeitos que negros e negras do Brasil realizaram de forma corajosa, identitária e de combate ao racismo em todo o período da ditadura militar no Brasil, com destacada atuação durante os chamados “anos de chumbo” (1968-1978), período de vigência do Ato Institucional de número 5, o AI-5. Nesse período, houve o recrudescimento do regime em seu mais alto nível de autoritarismo por parte dos governos militares.

Em relação às técnicas de análise desta pesquisa, empregamos a averiguação de conteúdo e a análise do discurso sócio-histórico (Chizzotti, 2011), à luz da crítica dialética literária, principalmente focando na chamada literatura dramática negro-brasileira. É imperioso ressaltar que esta escrita tem por foco principal a abordagem da importância da literatura afro-brasileira, principalmente a empregada a partir das apresentações teatrais. Este texto apresenta abordagem de cunho estritamente historiográfico em interlocução com obras literárias.

3 Resultados e discussão

O endurecimento ditatorial militar no Brasil, com o advento do AI-5 ao final do ano de 1968 e estendido até outubro de 1978, conhecido como os “anos de chumbo”, é considerado o período mais rígido, persecutório e violento da ditadura militar no Brasil ocorrida entre 1964 e 1985. Nesse contexto, amparado pelo Decreto do AI-5, chamado de legal pelo próprio governo ditatorial, o autoritarismo do governo ditatorial militar veio à tona com sua força máxima, decretando um sistema persecutório implacável aos adversários políticos e a quem quer que fizesse oposição ao regime ditatorial. Os militares, por intermédio desse mecanismo do AI-5, concluíam o projeto de endurecimento do regime pensado desde antes do ano de 1964, ano do golpe de Estado articulado e executado pelas Forças Armadas do Brasil. Mediante essa ferramenta ditatorial militar, o AI-5, direitos políticos foram cassados, repressão, tortura e morte foram aplicados a quem quer que se mostrasse contra a ditadura militar no Brasil.

Com a instituição do AI-5, o general ditador presidente da República tinha prerrogativas de fechar o Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas estaduais e as Câmaras Municipais de Vereadores, ou seja, acabar com o Poder Legislativo. Com o AI-5, o ditador Presidente também tinha poderes para decretar intervenção nos Estados e Municípios do país, nomear seus interventores, cassar mandatos políticos, suspender direitos políticos, decretar estado de sítio sem necessitar de aprovação do legislativo e proibir *habeas corpus* para quem fosse acusado de cometer crimes políticos contra o regime.

A justificativa dos militares para a institucionalização do AI-5 primeiramente teria sido a derrota do governo ditatorial militar que solicitou à Câmara dos Deputados que punisse o parlamentar Márcio Moreira Alves, o que não ocorreu. Outra justificativa para o AI-5 seria a esquerda revolucionária acusada de praticar atos terroristas contra o governo ditatorial militar no Brasil. Foram ao menos 14 atentados a bomba, além de furtos de armas de unidades militares e roubos a bancos, considerados atos terroristas atribuídos à esquerda revolucionária.

Tempos mais tarde, via análise documental, ficou comprovado que tais atos terroristas eram praticados pela extrema-direita, sob a articulação e o comando do general do exército brasileiro e da reserva Paulo Trajano da Silva. Mas tais atentados serviram de narrativa tanto para os militares como para a população em geral de que era necessário endurecer o regime, pois, caso não fosse assim, a esquerda comunista tomaria o Brasil. Essa foi uma tremenda artimanha do governo ditatorial militar no Brasil para decretar o AI-5, recrudescendo o regime ditatorial, dizimando e sufocando os sonhos de jovens, artistas e intelectuais.

O AI-5, além das supostas causas internas, teve também motivações externas, sobretudo em razão dos ecos de 1968, deflagrados na França, mas que estavam a influenciar a juventude do mundo ocidental de forma revolucionária contra as questões morais. A cultura e a contracultura de movimentos pelas liberdades individuais e coletivas estavam a rondar as sociedades do mundo ocidental como um todo. Esses episódios causavam temor à extrema-direita ditatorial militar do Brasil “[...] em relação à radicalização dos jovens e dos revolucionários em escala global e continental, inclusive o medo do apoio cubano aos guerrilheiros.” (Motta, 2018, p. 208). Enfim, as principais razões do AI-5 foram causas internas e “[...] a motivação principal foi política, e os promotores do Ato eram militares obcecados com a manutenção da ordem e o combate à esquerda revolucionária[...].” (Motta, 2018, p. 208).

Com poderes praticamente ilimitados, o governo ditatorial militar do Brasil, a partir do final de 1968, passou a censurar e a proibir tudo que fosse relacionado à arte e à cultura populares consideradas subversivas ao sistema. É nesse ponto que entra a literatura afro-

brasileira com seu modo, às vezes sutil, às vezes explícito, de representação de propostas de identidades dissonantes, com um estilo construído de forma irreverente e fundamentado na (re)existência e necessidade de representatividade.

A literatura, enquanto um sistema de textos complexos e artisticamente trabalhados, propõe visões de mundo por meio das quais se pode reconhecer, ou conhecer, cosmovisões diversas e propostas de identidade e reflexão para determinadas situações. Para além desse aspecto, a literatura constrói formas de manifestação, formas estáveis que evoluem conforme demandas sociais e temáticas e que a elas se adequam, num processo dinâmico, concretizando-se mediante gêneros textuais discursivos. Romances, poemas, contos, novelas, textos dramáticos, são algumas das formas literárias que podemos destacar. A partir da década de 1960, com o desenvolvimento de movimentos sociais de pessoas negras, observa-se o questionamento e a resistência a preconceitos e a estereótipos, principalmente aqueles semeados no âmbito do sistema literário brasileiro canônico, profundamente marcado pelo ideal da branquitude.

Pois bem, se, a partir de 1960, a literatura afro-brasileira tentou romper com as barreiras discriminatórias e preconceituosas da literatura canônica brasileira, a partir de 1964, o país sofreu um golpe de Estado pelas Forças Armadas militares, e, como em todos os períodos de exceção e autoritarismo, a cultura popular, que grita, reverbera e denuncia, foi uma das primeiras frentes a ser censurada. No período ditatorial militar do Brasil (1964-1985) não foi diferente, inclusive nos “anos de chumbo” (1968-1978).

Por outro lado, a literatura-arte e a cultura afro-brasileira não silenciaram, apesar da censura do regime militar. O Teatro Negro, mesmo marginalizado (e isso acontece até os dias de hoje) se apresentou como estratégia de resistência política diante do discurso oficial da ditadura que promovia a tão propalada e enganosa democracia racial no País de que aqui a mestiçagem era fruto de relações raciais saudáveis. Como acentua Terra (2023, p. 3), “[...]os movimentos que buscavam questionar esta visão entraram na mira da ditadura e as denúncias contra o persistente racismo na sociedade brasileira, que conformam as desigualdades sociais no país, geravam todo tipo de perseguição.”

Com efeito, nas cosmologias de matrizes africanas, que resistiram, se adaptaram e se reinventaram nos contextos coloniais das Américas, ética, estética e política não são compreendidas como instâncias distintas: estão mutuamente imbricadas. Não há uma separação entre forma e conteúdo. A articulação das culturas às lutas políticas das resistências negras não é uma novidade, mas as maneiras como ocorrem esses agenciamentos podem ser amplamente diversas (Terra, 2023, p. 2).

Caso típico dessa articulação das culturas às lutas políticas é o Teatro Negro, que, segundo Terra (2023, p. 4), diz que na pesquisa realizada por Jesus *et al.* (2014, p. 6-47) encontraram “dezessete iniciativas atuantes em diferentes cidades do estado de São Paulo ao longo da década de 1970.” Essas ações nos “anos de chumbo” tinham um propósito evidente contra o racismo na sociedade brasileira. Além disso, a literatura teatral de caráter afro-brasileiro marcava sua identidade e representação na luta política contra o autoritarismo do famigerado regime de exceção. As ações organizadas pelo Teatro Negro, no período dos “anos de chumbo” tinham como inspiração o Teatro Experimental do Negro (TEN), idealizado por Abdias Nascimento no Rio de Janeiro e que atuou entre 1944 e 1961, principalmente no eixo Rio-São Paulo. O TEN, por meio da educação, da arte e da cultura se propunha a lutar pela valorização social do negro na sociedade brasileira. O TEN tinha como objetivo principal:

[...]resgatar, no Brasil, os valores da pessoa humana e da cultura negro-africana, degradados e negados por uma sociedade dominante que, desde os tempos da colônia, portava a bagagem mental de sua formação metropolitana europeia, imbuída de conceitos pseudocientíficos sobre a inferioridade da raça negra. (Nascimento, 2005, p. 209).

Sem literatura escrita específica, o TEN iniciou seus trabalhos teatrais já a partir de obras como as de Eugene O’Neill, O Imperador Jones, em que Arinda Serafim e Marina Gonçalves, cofundadoras do TEN interpretam a “velha nativa”, estreando no Teatro Municipal do RJ, em 1945. Em seguida, outras apresentações teatrais continuaram a utilizar obras não específicas, mas sempre de cunho dramático negro-brasileira, retratando a arte e a cultura afro-brasileira. Foram os casos, por exemplo, dos textos de O’Neill, a começar por *Todos os filhos de Deus têm asas*, encenado em 1946, e outros. Porém, a partir de 1947, finalmente, o TEN passou a trabalhar com textos da literatura dramática negro-brasileira com *O filho pródigo*, um drama poético, de Lúcio Cardoso, inspirado na parábola bíblica. Adiante, o TEN produziu Aruanda, “outro texto especialmente criado para ele, escrito por Joaquim Ribeiro. Trabalhando elementos folclóricos da Bahia, o autor expõe de forma tosca a ambivalência psicológica de uma mestiça e a convivência dos deuses afrobrasileiros com os mortais.” (Nascimento, 2005, p. 2015).

O TEN, sem dúvida, inaugurou uma iniciativa pioneira que proporcionou a produção de novos textos e novos/as atores/atrizes e “grupos e semeou uma discussão que permaneceria em aberto: a questão da ausência do negro na dramaturgia e nos palcos de um país mestiço, de maioria negra” (Nascimento, 2005, p. 215). Neste sentido, o TEN é sempre

lembrado como um marco decisivo para a eclosão dos movimentos de negros no Brasil (Terra, 2023).

A partir da década de 1970, os teatros negros passaram a ter uma dinâmica mais informal e mais popular com o objetivo de se aproximar mais ainda da população. Estrategicamente, as criações e apresentações eram coletivas, com um grande número de atores/atrizes em cena. Lembremos que o teatro afro-brasileiro dos “anos de chumbo” fazia oposição e denúncia contra o racismo do discurso de democracia racial adotado pelo governo ditatorial militar da época. Com isso, esses palcos da alegria foram duramente perseguidos e censurados pelo autoritarismo da ditadura militar. Apesar disso, a resistência desses teatros foi maior e desaguou numa proliferação de grupos amadores da categoria por todo o Brasil.

Inspirado no TEN, durante os “anos de chumbo” da ditadura militar, em 1970, foi idealizado, no estado do Rio de Janeiro (RJ), o Teatro Profissional do Negro (TEPRON), pelo ator, diretor e dramaturgo maranhense Ubirajara Fidalgo e por Alzira Fidalgo. Ubirajara Fidalgo era natural do município de Caxias, no Maranhão, e iniciou sua trajetória teatral na capital maranhense São Luís no mesmo ano que o governo da ditadura militar instituiu o AI-5, 1968.

O Teatro Profissional do Negro (TEPRON) concebido por Ubirajara e Alzira Fidalgo no início da década de 1970 no Rio de Janeiro, capacitava, fazia política e crítica social dentro dos palcos em uma época em que a temática da negritude era constantemente abrandada e utilizada a serviço do ideal enganoso da miscigenação integradora, difundida pelo governo militar brasileiro. Enquanto a questão racial era abafada nas ruas e nas instituições pelos gritos de “democracia racial”, Ubirajara e Alzira fundavam um dos primeiros teatros que buscaram a inserção real do negro no campo das artes (Vife, 2015, on-line).

397

Inicialmente, Ubirajara participou do curso de Formação de Atores na Universidade Maranhense, tendo, em 1970, ido para a Universidade do Rio de Janeiro, capital, onde começou os trabalhos teatrais como diretor e ator principal do TERPRON, montagem de *Otelo*, de Shakespeare, encenado em 1970 no Teatro Tereza Rachel. Este foi o pontapé inicial, pois, a partir de então, “Ubirajara lança as bases para seu trabalho autoral no âmbito do teatro, debutando em 1973 com a peça “Os Gazeteiros” com elenco exclusivamente negro.” (Vife, 2015, on-line).

Indubitavelmente, o TEPRON dava continuidade ao projeto do TEN, de Abdias Nascimento, o da afirmação identitária cultural afro-brasileira e do combate ao racismo estrutural, empregando sempre a literatura dramática negro brasileira. O TEPRON também foi pioneiro em aproximar do palco da dramaturgia os negros periféricos, assistindo ou fazendo parte da composição étnica negra do Teatro. Esse era o principal desejo e objetivo do fundador

do TEPRON que disse certa vez: queria ver negros interpretando papéis de cidadãos e que a verdadeira base para o teatro negro eram os textos escritos por negros.

Não se aplicava, no TEPRON, a resposta paternalista de “dar voz ao oprimido”. O oprimido tem voz e fala, ele só não é ouvido – ou tem o seu discurso reprimido e reconduzido por aqueles que muitas vezes procuram lhe dar voz. Ciente disso Ubirajara Fidalgo buscou unir a atuação a oficinas de teatro e construção de peças com a comunidade negra, buscando autonomizar a produção teatral abrindo caminho para o surgimento da figura, tornada tão rara, (ainda!) do “dramaturgo negro”. Posição esta revolucionária na medida em que já naquela época tocava num ponto tão caro aos movimentos contemporâneos de cultura negra: autonomia de produção (Vife, 2015, on-line).

Mas, não somente na Região Sudeste, o Teatro Negro teve atuação afirmativa de identidade, representação e combate ao racismo a partir da literatura dramática negro brasileira. Conforme Terra (2023, p. 9), inspirada no TEN, Lúcia de Sanctis criou, em 1969, o Teatro Negro da Bahia (Tenha), iniciativa inspirada no TEN de Abdias Nascimento, daí o nome Tenha, que também “recebeu acusações de separatismo da imprensa. Nesse período, assim como no Sudeste, a maioria das tentativas de teatro voltavam-se para a oposição ao regime militar persecutório, censurador, racista e violento.

A criação do “Tenha” foi significativa para a afirmação identitária, cultural e antirracista. Isto porque o Teatro do Negro na Bahia fazia conexão com os blocos de cultura afra, que também passaram a participar das peças teatrais do Tenha. O resultado foi que a maioria desses blocos se profissionalizaram com a performance teatral, como foi o caso do Bando de Teatro Olodum, criado em 1990. Esses blocos, ao participarem do Tenha, sob a égide do AI-5, passaram a se politizar mais e mais e a exercerem uma crítica social mais intensa contra as atrocidades da ditadura militar, bem como a debater temáticas do cotidiano brasileiro, como religião, racismo, violências, turismo sexual, moleques de rua, prostitutas, temas esses elencados nos textos das apresentações teatrais do tenha (Terra, 2023).

Outra ação de afirmação identitária, cultural e de combate ao racismo estrutural no período mais duro da ditadura militar no Brasil foi a criação do Grupo Palmares Iñaron, em 1976, por Antônio Godi, que viria a ser também o Diretor geral. A criação do Teatro Iñaron foi uma iniciativa de jovens, artistas e intelectuais baianos da Escola de Teatro da Universidade Federal da Bahia (UFBA). O Teatro Palmares Iñaron tinha como escopo principal abordar e refletir sobre temáticas sociais, étnicas e culturais do negro, dos indígenas e dos sertanejos. Seu diretor, Antônio Godi, Lia Spósito, Kal dos Santos e Ana Sacramento produziram obras essenciais para a realidade sociocultural baiana da época. As cenas e encenações sempre

baseadas em textos que retratavam a alma identitária afra do povo brasileiro, indígena e do popular sertanejo. A tônica era sempre de oposição à falsa ideia da existência de uma democracia racial no Brasil, de uma identidade nacional centrada no homem branco (Terra, 2023; Jesus *et al.*, 2014).

É importante registrar que aliadas às resistências teatrais com base na literatura dramática negro brasileira, houve outras ações de oposição e denunciadoras do racismo estrutural no contexto do AI-5, como: a criação do Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNU) em 1978, as explosões dos bailes *black* nas periferias, concomitantemente à organização e reorganização da imprensa negra, a publicação da primeira edição dos Cadernos Negros (1978) e a organização da luta como pauta principal antirracista internacional, a exemplo da coluna Afro-Latino-América de 1977 a 1979 (Holbarch, 2020).

Além dessas ações teatrais a partir da literatura dramática negro brasileira, outras atividades ligadas à cultura afro-brasileira se levantaram em oposição ao terrível arbítrio da ditadura militar, o AI-5. Na música, tivemos o repertório do negro com letra e música de artistas como Gilberto Gil, Carlos Dafé (José Carlos de Souza), Luiz Melodia, Tim Maia, Cartola, Wilson Simonal, entre tantos outros que compartilharam o tempo, o espaço e a realidade persecutória só por ser um músico negro no Brasil na década de 1970, sob o panoptismo autoritário e violento da ditadura militar e os seus cruéis “anos de chumbo.”

4 Conclusões parciais

Propomos neste artigo demonstrar como os negros deste país se afirmaram e se firmaram identitariamente e combateram o racismo estrutural durante o período mais duro, mais fechado e mais censurador da cultura popular, os “anos de chumbo” do AI-5 da ditadura militar no Brasil (1968-1978), tomando como base o conceito de racismo como uma forma de discriminação sistematizada que se fundamenta na raça e se concretiza via ações - conscientes ou não - que implicam em desvantagens para o grupo que é hostilizado (Almeida, 2018).

Procuramos trazer à tona as formas, os meios e as estratégias que foram utilizadas pelos produtores de cultura afro-brasileira, por intermédio do teatro, com o emprego da literatura dramática negro-brasileira para questionar o sistema e fortalecer a presença de pessoas negras na sociedade brasileira, de modo a reforçar suas subjetividades, inclusive no plano artístico e cultural.

Postulamos que, se os “anos de chumbo” do AI-5 foram os mais rígidos e persecutórios contra a cultura afro-brasileira, quando tentaram sedimentar e reafirmar uma falsa democracia racial no Brasil, foram também durante esse período que efervesceram as produções culturais afro-brasileiras, com destaque para a literatura dramática negro-brasileira.

Por último, elencamos outras ações determinantes para que a cultura afro-brasileira se fortalecesse como forma de existência e resistência e continuasse combatendo o racismo estrutural entranhado e oficializado durante os “anos de chumbo” ditatoriais militares com a falsa ideia da famigerada democracia racial.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

CUTI. **Um flash da nação**. In: BARBOSA, M; RIBEIRO, E. (Orgs.). *Cadernos Negros 39: poemas afro-brasileiros*. São Paulo: Quilombhoje, 2016.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HORBACH, A. L. **Autoria e resistência negra na ditadura civil-militar no Brasil**. *Nau Literária*, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 158–176, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/NauLiteraria/article/view/104956>. Acesso em: 4 jun. 2024.

JESUS, M. G.; RIOS, F. **“E agora falamos nós...”: Anotações sobre o teatro negro contemporâneo**. In: OS CRESPOS (org.). *Legítima Defesa*. Ano 1, n. 1, pp. 44-55, 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/367038657_Quando_a_Cultura_e_Politica_Teatros_Negros_e_Politicais_Culturais_no_final_do_seculo_XX_e_inicio_do_seculo_XXI. Acesso em: 18 abr. 2023.

MAZZUCHELLI, F. **Os anos de chumbo: economia e política internacional no entre-guerras**. Campinas: UNESP-FACAMP, 2009.

MINAYO, M. C. de S. **Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade**. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 621-626, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/39YW8sMQhNzG5NmpGBtNMFf/>. Acesso em: 03 mar. 2024.

MOTTA, R. P. S. **Sobre as origens e motivações do Ato Institucional 5**. *Revista Brasileira de História*, [S.l.], v. 38, n. 79, p. 19-216, set. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/jZh4sttTXLWN5KJMWXJNQzt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 jul. 2023.

LITERATURA AFRO-BRASILEIRA NOS “ANOS DE CHUMBO” DA...

Antônio Roberto Xavier / Sarah Maria Forte Diogo / Edmilson Alves Maia Junior

NASCIMENTO, A. **Teatro Experimental do Negro: trajetória e reflexões.** In: *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 18, n. 50, pp. 209-224, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/jZh4sttTXLWN5KJMWXJNQzt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 abr. 2023.

TERRA, T. J. **Quando a Cultura é Política: Teatros Negros e Políticas Culturais no final do século XX e início do século XXI.** *Revista de Antropologia*, [S.l.], v. 66, p. e202290, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ra/a/pVLKGfkJTDRLYLLNDKx5mhw/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 19 maio 2023.

VIFE, F. In: PORTAL GELEDÉS. **Ubirajara e Alzira Fidalgo e a experiência política do Teatro Profissional do Negro.** On-line, 03 out. 2015. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/ubirajara-e-alzira-fidalgo-e-a-experiencia-politica-do-teatro-profissional-do-negro/>. Acesso em: 04 jun. 2024.

XAVIER, A. R. *et al.* **Pesquisa em educação: aspectos históricos e teórico-metodológicos.** *Educa - Revista Multidisciplinar em Educação*, Porto Velho, v. 8, p. 1-19, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/article/view/4627>. Acesso em: 03 mar. 2024.

ZIN, R. B. **Literatura e afrodescendência no Brasil: condições e possibilidades de emergência de um novo campo de estudos.** *Caderno Seminal*, [S.l.], v. 29, n. 29, 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/cadernoseminal/article/view/30978>. Acesso em: 1 jun. 2024.

401